

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL – FINAME

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Senhor acionista e demais interessados:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias e em linha com as melhores práticas de governança corporativa, apresentamos o Relatório da Administração da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Ambiente Macroeconômico

O cenário internacional em 2016 pode ser caracterizado por dois períodos bastante distintos. Inicialmente, a conjuntura externa era extremamente benigna para os mercados emergentes, com as economias avançadas ainda adotando amplos estímulos monetários como forma de fomentar o nível de atividade. Essa postura se traduziu em taxas de juros extremamente baixas (e até mesmo negativas em alguns casos), nas principais economias avançadas. Dessa forma, a liquidez internacional se manteve elevada, gerando amplos fluxos de capitais para os mercados emergentes. Houve, inclusive, alguma recuperação tanto das condições globais de crédito, quanto do nível de atividade nos mercados emergentes.

Todavia, essa configuração se modificou consideravelmente com a vitória do republicano Donald Trump nas eleições americanas, no início de novembro de 2016. Como consequência de suas propostas ao longo da campanha eleitoral, consolidou-se a percepção de que o processo de normalização da política monetária nos EUA ocorreria de maneira mais célere, gerando impactos relevantes tanto nos ativos financeiros quanto nos fluxos de capitais para mercados emergentes.

O cenário doméstico, de forma geral, foi marcado pela frustração na recuperação do nível de atividade. Os indicadores de confiança, que exibiram resultados positivos expressivos em boa parte do ano, mostraram sinais de arrefecimento no final do ano. Os segmentos de varejo e de serviços continuaram a exibir fragilidade, refletindo tanto o processo de distensão no mercado de trabalho - alta do desemprego e queda de salários reais -, quanto as condições restritivas do mercado de crédito bancário. Os níveis de ociosidade continuaram bastante elevados, sobretudo na indústria de transformação, afetando, de maneira acentuada, qualquer processo de recuperação dos investimentos. Como consequência, o PIB registrou nova queda em 2016.

Os indicadores operacionais do BNDES seguiram refletindo a situação da indústria e da economia como um todo, não apontando, ainda, para um movimento claro de ascensão na demanda por recursos do Banco. Os desembolsos atingiram R\$ 88 bilhões em 2016, com retração nominal de 35% frente a 2015. No entanto, os esforços do BNDES como indutor para a recuperação da atividade econômica continuam ocorrendo. Nesse sentido, os desembolsos do produto BNDES Automático apresentaram expansão, crescendo 9% no ano, em comparação com 2015. Destaque também para os programas agrícolas do Governo Federal, que totalizaram R\$ 15,7 bilhões em 2016, com alta de 16,9% frente ao ano de 2015 (54% desse valor é operacionalizado pelo BNDES Automático), e para o BNDES Progeren (programa destinado ao financiamento de capital de giro das empresas), que respondeu por R\$ 2,7 bilhões - alta de 68% em relação a 2015. Vale registrar que, do total dos desembolsos do Progeren, mais de 70% destinou-se às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), beneficiadas pela revisão recente do programa.

Em 2016, a inflação foi beneficiada não somente pelo forte hiato negativo do produto, mas também pela dissipação do choque de preços dos gêneros alimentícios, ocorrido no 1º semestre. Nesse sentido, o Banco Central iniciou o ciclo de flexibilização monetária, com duas reduções de 25 pontos básicos da taxa básica de juros, em outubro e novembro.

Sob o ponto de vista fiscal, o ano de 2016 se caracterizou pelo início da implementação de reformas estruturais - aprovação da PEC do Teto dos Gastos e apresentação da Reforma da Previdência - e pela deterioração da crise dos Estados. Do ponto de vista conjuntural, a queda na arrecadação tributária, juntamente com aumento de gastos obrigatórios, deteriorou o resultado primário e a trajetória de endividamento, que permanecem desfavoráveis em uma perspectiva de curto/médio prazo.

Por fim, as contas externas mostraram forte processo de ajustamento em 2016, reflexo, fundamentalmente, da queda da absorção doméstica e dos efeitos defasados da depreciação cambial de 2015. Boa parte do processo de reversão do déficit em conta corrente deve-se ao robusto superávit comercial.

Principais Indicadores Econômico-financeiros

Resultado (R\$ milhões)	2016	2015	Δ (%)	1S/16	1S/15	Δ (%)
Produto de Intermediação Financeira	2.719	2.763	(1,6)	1.306	1.338	(2,4)
Provisão para Risco de Crédito (PRC)	(172)	(14)	1.128,6	(45)	(7)	542,9
Despesas Administrativas e Gerais	(323)	(284)	13,8	(161)	(134)	20,5
Despesas Tributárias	(130)	(131)	(1,0)	(63)	(64)	(2,2)
Tributação sobre o Lucro	(747)	(959)	(22,1)	(481)	(456)	5,5
Participação dos Empregados no Lucro	(28)	(30)	(6,7)	-	-	-
Lucro (prejuízo) Líquido (LL)	1.319	1.345	(1,9)	556	677	(17,9)

Posição Financeira (R\$ milhões)	Dez/16	Dez/15	Δ (%)	Dez/16	Jun/16	Δ (%)
Ativo Total (AT)	145.110	173.139	(16,2)	145.110	165.671	(12,4)
Operações de Créditos e Repasses	136.046	163.433	(16,8)	136.046	146.489	(7,1)
Disponibilidades	5.002	5.317	(5,9)	5.002	14.864	(66,3)
Direitos Vinculados ao TN	3.682	4.291	(14,2)	3.682	4.207	(12,5)
Outros Ativos	380	98	287,8	380	111	242,3
Mútuos BNDES	129.539	158.633	(18,3)	129.539	150.871	(14,1)
Outras Obrigações	2.017	1.451	39,0	2.017	1.268	59,1
Patrimônio Líquido (PL)	13.554	13.055	3,8	13.554	13.532	0,2

Índices Financeiros (%)	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Jun/16
Inadimplência / Carteira Total ^{1/}	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
PRC / Carteira Total ^{1/}	0,48%	0,29%	0,48%	0,36%
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/AT)	9,34%	7,54%	9,34%	8,17%

Rentabilidade (%)	2016	2015	1S/16	1S/15
Retorno s/ Ativos (LL / AT médio) ^{2/}	0,83%	0,73%	0,66%	0,70%
Retorno s/ PL (LL / PL médio) ^{3/}	9,91%	10,75%	8,37%	11,00%

^{1/} Inclui operações de crédito e repasses interfinanceiros

^{2/} AT médio = (AT_{inicial} + AT_{final}) / 2

^{3/} PL médio = (PL_{inicial} + PL_{final}) / 2

Resultado

A FINAME registrou lucro líquido de R\$ 1.319 milhões em 2016, o que representou uma redução de R\$ 26 milhões (1,9%) em relação a 2015.

A redução do lucro líquido entre os exercícios decorreu do crescimento da **despesa com provisão para risco de crédito (PRC)**, que passou de R\$ 14 milhões em 2015 para R\$ 172 milhões em 2016. O aumento do provisionamento em 2016 reflete o alinhamento da carteira de crédito e repasses da FINAME à atual conjuntura da economia nacional, marcada pela deterioração do risco setorial e pelo aumento da inadimplência global.

O reconhecimento de **créditos tributários** de R\$ 265 milhões em 2016 (R\$ 7 milhões em 2015) atenuou o impacto negativo do aumento do provisionamento no lucro líquido de 2016. Passaram a ser reconhecidos, a partir de setembro de 2016, tributos diferidos (IR + CSLL) sobre provisão para risco de crédito, o que explica o crescimento dos créditos tributários entre os exercícios.

O ganho não recorrente de R\$ 331 milhões, proporcionado pela **exposição cambial comprada em dólar** em 2015, também contribuiu para a queda do lucro líquido entre os exercícios.

O crescimento de R\$ 39 milhões (13,8%) das **despesas administrativas e gerais** entre os exercícios reflete os efeitos do Acordo Coletivo de Trabalho de 2016 e o aumento do percentual de rateio da FINAME nas despesas administrativas do Sistema BNDES, que passou de 10% em 2015 para 12% em 2016.

O crescimento da despesa com PRC e dos créditos tributários explica a queda de 22,1% na **despesa com tributos sobre o lucro** entre os exercícios.

Posição Financeira

O **ativo total** alcançou R\$ 145.110 milhões em 31/12/16, uma queda de R\$ 28.029 milhões (16,2%) em relação a 31/12/15, provocada pela redução de R\$ 27.387 milhões (16,8%) da carteira de crédito e repasses.

A **carteira de crédito e repasses, líquida de provisão para risco de crédito**, alcançou R\$ 136.046 milhões em 31/12/16, dos quais, R\$ 121.485 milhões (89,3%) em operações indiretas, cujo risco de crédito é assumido pelos agentes financeiros repassadores de recursos, e R\$ 14.562 milhões (10,7%), em operações diretas, com risco da FINAME. A queda registrada em 2016 é reflexo do maior volume de recebimentos (liquidações) nesse ano, que superou as liberações de crédito em R\$ 29.282 milhões, em razão do desaquecimento da economia e consequente redução da demanda de recursos para novos investimentos.

Reflexo do compromisso e zelo na aplicação dos recursos públicos, a carteira de operações de crédito e repasses da FINAME apresenta excelentes indicadores. Do total da carteira, 99,98% estão classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco. Essa posição é superior à média de 90,4% do Sistema Financeiro Nacional (SFN) para 30/09/16, última data disponível. Em 31/12/16, a FINAME não apresentava créditos inadimplentes em sua carteira.

Para preservação de valor dos recursos disponíveis, são realizadas operações compromissadas lastreadas em títulos públicos com o BNDES. As variações nas **disponibilidades** em 2016 refletem recebimentos oriundos da carteira de operações em volume superior às liberações de créditos e pagamentos de mútuos com o BNDES.

Os **direitos vinculados ao Tesouro Nacional (TN)** representam valores a receber do TN referentes à equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal, entre eles Pronaf, Revitaliza, Agrícolas e, principalmente, PSI. Não houve variação relevante no saldo em 2016, porém se destaca o pagamento de R\$ 7.901 milhões pelo TN, dos quais, R\$ 7.632 milhões relativos a operações PSI.

Quanto às **fontes de recursos**, em 31/12/16 os mútuos com o BNDES representavam a única dívida contratada da FINAME. Liquidações de R\$ 52.565 milhões e queda na demanda por desembolsos respondem pela redução de R\$ 29.094 milhões (18,3%) no saldo de mútuos em 2016.

O **patrimônio líquido** atingiu R\$ 13.554 milhões em 2016, um crescimento de R\$ 499 milhões (3,8%) em relação a 31/12/15, atribuído, basicamente, ao lucro líquido de R\$ 1.319 milhões em 2016, parcialmente atenuado pela distribuição de dividendos mínimos e complementares relativos ao exercício de 2016, no valor de R\$ 752 milhões.

A **distribuição do lucro líquido de 2016** da FINAME contempla a parcela de dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 313 milhões, equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, a parcela de dividendos complementares de R\$ 439 milhões, equivalentes a 35% do lucro líquido ajustado, e a retenção da parcela de R\$ 501 milhões do lucro ajustado remanescente, como fortalecimento da estrutura de capital.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes; aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; e ao mercado, pelo indispensável apoio e confiança.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO CIRCULANTE		43.993.649	50.770.082
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	7	5.002.411	5.316.746
Aplicações em operações compromissadas		5.002.411	5.316.746
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	3	36.908.494	43.245.634
Repasses interfinanceiros		37.066.477	43.366.003
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(157.983)	(120.369)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3	1.964.972	2.177.962
Operações de crédito		1.985.629	2.188.331
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(20.657)	(10.369)
OUTROS CRÉDITOS		117.772	29.740
Créditos tributários	9.2	93.228	16.536
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	9.3	-	600
Devedores por depósitos em garantia		6.568	6.228
Pagamentos a ressarcir		209	-
Diversos		17.767	6.376
ATIVO NÃO CIRCULANTE		101.116.690	122.368.683
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		101.116.690	122.368.683
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	8	34.656	34.656
Ações		34.656	34.656
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	3	84.576.087	106.015.782
Repasses interfinanceiros		84.932.708	106.310.863
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(356.621)	(295.081)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3	12.596.665	11.994.075
Operações de crédito		12.720.885	12.051.177
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(124.220)	(57.102)
OUTROS CRÉDITOS		3.909.282	4.324.170
Créditos tributários	9.2	203.507	10.082
Direitos vinculados ao Tesouro Nacional	4	3.682.125	4.290.849
Incentivos fiscais		23.439	23.239
Diversos		211	-
TOTAL DO ATIVO		145.110.339	173.138.765

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO CIRCULANTE		3.667.929	5.044.568
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	5	1.914.896	3.766.852
Repasses com o BNDES		1.914.896	3.766.852
OUTRAS OBRIGAÇÕES		1.753.033	1.277.716
Fundos financeiros e de desenvolvimento		30.279	26.876
Passivo atuarial - FAMS	11	5.017	4.155
Dividendos a pagar	6	751.657	319.366
Impostos e contribuições sobre o lucro	9	848.469	816.176
Outros impostos e contribuições		11.207	13.039
Passivo atuarial - FAPES	11	4.440	3.859
Vinculadas ao Tesouro Nacional	12.2	890	5.055
Depósitos a apropriar		28.774	21.112
Diversas		72.300	68.078
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		127.888.707	155.039.293
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	5	127.624.134	154.865.806
Repasses com o BNDES		127.624.134	154.865.806
OUTRAS OBRIGAÇÕES		264.573	173.487
Passivo atuarial - FAPES	11	138.377	88.680
Provisões trabalhistas e cíveis	10	5.323	4.264
Passivo atuarial - FAMS	11	120.873	80.543
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6	13.553.703	13.054.904
Capital social		11.131.591	11.131.591
Aumento de capital em curso		2.203.501	1.702.396
Reservas de lucros		322.642	256.707
Reserva legal		301.108	235.173
Reserva de incentivos fiscais		21.534	21.534
Ajustes de avaliação patrimonial		(104.031)	(35.790)
Própria		(104.031)	(35.790)
TOTAL DO PASSIVO		145.110.339	173.138.765

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota Explicativa	2º semestre de 2016	Exercícios	
			2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		6.433.750	10.503.786	18.240.634
Operações de crédito e repasses interfinanceiros				
. Moeda nacional		2.085.498	4.177.050	4.010.448
. Moeda estrangeira		450.175	(1.964.634)	4.964.601
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	12.2	3.379.036	7.291.611	8.851.391
Resultado com títulos e valores mobiliários		519.041	999.759	414.194
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(5.147.068)	(7.956.303)	(15.492.066)
Empréstimos do BNDES				
. Moeda nacional		(4.745.717)	(10.059.252)	(11.032.124)
. Moeda estrangeira		(267.338)	2.268.260	(4.396.100)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional		(353)	(965)	(23.993)
Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.7	(126.266)	(171.750)	(13.943)
Reversão (constituição)		(127.064)	(176.571)	(23.592)
Recuperação de créditos baixados		798	4.821	9.649
Resultado da carteira de câmbio		(7.394)	7.404	(25.906)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.286.682	2.547.483	2.748.568
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(230.506)	(453.728)	(414.129)
(Constituição) Reversão de provisões trabalhistas e cíveis	10	(778)	(1.059)	(5.528)
Despesas tributárias		(67.025)	(129.739)	(131.013)
Atualização monetária de dividendos e juros sobre o capital próprio - SELIC		(9.436)	(30.926)	(32.599)
Despesas com pessoal		(108.069)	(209.183)	(160.185)
Despesas administrativas		(26.285)	(58.341)	(44.257)
Outras despesas operacionais		(25.662)	(33.979)	(41.916)
Outras receitas operacionais		6.749	9.499	1.369
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		1.056.176	2.093.755	2.334.439
Imposto de renda	9	(297.599)	(558.325)	(576.658)
Contribuição social	9	(240.859)	(453.207)	(390.601)
Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização	9	272.711	264.630	7.325
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO		790.429	1.346.853	1.374.505
Participação nos resultados		(28.156)	(28.156)	(29.807)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		762.273	1.318.697	1.344.698
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)		1,292908	2,236671	2,280772

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Aumento de capital em curso	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	De ativos próprios		
Em 1º de janeiro de 2015	11.131.591	744.299	167.938	21.534	(91.245)	-	11.974.117
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	55.455	-	55.455
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.344.698	1.344.698
Destinação do resultado (Nota 6)							
. Reserva legal	-	-	67.235	-	-	(67.235)	-
. Dividendos	-	-	-	-	-	(319.366)	(319.366)
. Aumento de capital	-	958.097	-	-	-	(958.097)	-
Em 31 de dezembro de 2015	11.131.591	1.702.396	235.173	21.534	(35.790)	-	13.054.904
Mutações no exercício	-	958.097	67.235	-	55.455	-	1.080.787
Em 1º de janeiro de 2016	11.131.591	1.702.396	235.173	21.534	(35.790)	-	13.054.904
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(68.241)	-	(68.241)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.318.697	1.318.697
Destinação do resultado (Nota 6)							
. Reserva legal	-	-	65.935	-	-	(65.935)	-
. Dividendos	-	-	-	-	-	(751.657)	(751.657)
. Aumento de capital	-	501.105	-	-	-	(501.105)	-
Em 31 de dezembro de 2016	11.131.591	2.203.501	301.108	21.534	(104.031)	-	13.553.703
Mutações no exercício	-	501.105	65.935	-	(68.241)	-	498.799
Em 1º de julho de 2016	11.131.591	1.702.396	235.173	21.534	(114.677)	556.424	13.532.441
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	10.646	-	10.646
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	762.273	762.273
Destinação do resultado (Nota 6)							
. Reserva legal	-	-	65.935	-	-	(65.935)	-
. Dividendos	-	-	-	-	-	(751.657)	(751.657)
. Aumento de capital	-	501.105	-	-	-	(501.105)	-
Em 31 de dezembro de 2016	11.131.591	2.203.501	301.108	21.534	(104.031)	-	13.553.703
Mutações no semestre	-	501.105	65.935	-	10.646	(556.424)	21.262

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2º semestre de 2016	Exercícios	
		2016	2015
Atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda, contribuição social e participação no resultado do semestre/exercício	1.056.176	2.093.755	2.334.439
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades	128.738	176.025	22.677
Constituição (reversão) da provisão para créditos de liquidação duvidosa	126.266	171.749	13.944
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	778	1.059	5.528
Depreciação	1.694	3.217	3.205
Varição de ativos e obrigações	(10.696.546)	(2.233.823)	2.679.131
. (Aumento) / redução líquido em créditos por financiamento	10.316.632	27.215.485	11.953.409
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	527.110	593.756	13.297.243
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	(21.260.883)	(28.781.469)	(18.827.643)
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	(115.989)	26.400	(378.111)
. Juros pagos - de repasses	(69.722)	(308.756)	(2.742.883)
. IR e CSLL pagos	(93.694)	(979.239)	(622.884)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	(9.511.632)	35.957	5.036.247
Atividades de financiamentos			
. Dividendos pagos	(350.292)	(350.292)	(280.698)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(350.292)	(350.292)	(280.698)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(9.861.924)	(314.335)	4.755.549
Modificação na posição financeira			
Início de período			
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	14.864.335	5.316.746	561.197
Final de período			
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	5.002.411	5.002.411	5.316.746
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(9.861.924)	(314.335)	4.755.549

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	2º semestre de 2016	Exercícios			
		2016	2015	2016	2015
RECEITAS	6.304.797	10.310.609	18.195.462		
Intermediação financeira	6.433.750	10.503.786	18.240.635		
Outras receitas	(2.687)	(21.427)	(31.230)		
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(126.266)	(171.750)	(13.943)		
DESPESAS	(5.047.243)	(7.819.591)	(15.525.569)		
Intermediação financeira	(5.020.802)	(7.784.553)	(15.478.122)		
Outras despesas	(26.441)	(35.038)	(47.447)		
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(20.777)	(46.637)	(33.268)		
Materiais, energia e outros	(2.136)	(4.871)	(4.496)		
Serviços de terceiros	(18.641)	(41.766)	(28.772)		
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.236.777	2.444.381	2.636.625		
RETEÇÕES	(1.694)	(3.217)	(3.205)		
Depreciação	(1.694)	(3.217)	(3.205)		
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.235.083	2.441.164	2.633.420		
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.235.083	100,0%	2.441.164	100,0%	2.633.420
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.235.083	100,0%	2.441.164	100,0%	2.633.420
Pessoal e encargos	93.354	7,6%	182.489	7,5%	139.432
- Remuneração direta	58.798		119.745		91.786
- Benefícios	30.068		53.962		40.773
- FGTS	4.490		8.753		6.809
- Outros	(2)		29		64
Participação nos resultados	28.156	2,3%	28.156	1,2%	29.807
Impostos, taxas e contribuições	347.767	28,2%	904.019	37,0%	1.112.258
- Federais	347.408		902.385		1.110.984
- Estaduais	3		3		3
- Municipais	356		1.631		1.271
Aluguéis	3.533	0,3%	7.803	0,3%	7.225
Dividendos	751.657	60,7%	751.657	30,8%	319.366
Lucros (prejuízos) retidos	10.616	0,9%	567.040	23,2%	1.025.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DIRETORIA-EXECUTIVA:
 Maria Sílvia Bastos Marques – Presidente
 Cláudia Pimentel Trindade Prates
 Claudio Coutinho Mendes
 Eliane Aleixo Lustosa de Andrade
 Marcelo De Siqueira Freitas
 Marilene De Oliveira Ramos Múrias Dos Santos
 Ricardo Baldin
 Ricardo Luiz De Souza Ramos
 Vinicius Do Nascimento Carrasco

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:
 Carlos Buch Pastoriza
 Gleisson Cardoso Rubin
 João Alberto de Negri
 Otávio Ladeira de Medeiros
 Walter Baere de Araújo Filho

CONSELHO FISCAL:
 Julio Cesar de Araújo Nogueira
 Marcos Jorge de Lima
 Paula Bicudo de Castro Magalhães
 Fábio Mitsuo Fukujima Goto – Suplente
 Franselmo Araújo Costa – Suplente
 Roberta Moreira da Costa Bernardi Pereira – Suplente

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA:
 Vânia Maria da Costa Borgerth – CRC-RJ 064817/O-3

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE RELATÓRIOS SOCIETÁRIOS:
 Alexandre Cordeiro de Andrade - CRC-RJ 080694/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao acionista e Diretores da
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME ("Agência"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência em 31 de dezembro de 2016, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Agência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Agência, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Agência. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Agência é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Agência continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Agência ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Agência são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Agência a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ-083314/O-7



PARECER N.º 01/ 2017 – CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME (CNPJ: 33.660.564/0001-00 e NIRE: 333.0000.4877-4), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 11-A, do Decreto 59.170, de 02/09/66, c/c Art. 163, VI e VII da Lei Nº 6.404/76, examinou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/16 e, com base em seu exame e no Parecer dos Auditores Independentes KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, de 06/03/17, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FINAME em 31/12/16, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária.

Na mesma ocasião, o Conselho Fiscal também examinou e manifestou-se favoravelmente à seguinte proposta de destinação do lucro do exercício, de R\$ 1.318.696.514,44 (um bilhão, trezentos e dezoito milhões, seiscentos e noventa e seis mil, quinhentos e catorze reais e quarenta e quatro centavos), já contemplada nas Demonstrações Financeiras:

- a) **Reserva Legal:** 5%, correspondente ao valor de R\$ 65.934.825,72 (sessenta e cinco milhões, novecentos e trinta e quatro mil, oitocentos e vinte e cinco reais e setenta e dois centavos);

- b) **Dividendos Mínimos:** 25%, após a constituição da Reserva Legal, a título de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 313.190.422,18 (trezentos e treze milhões, cento e noventa mil, quatrocentos e vinte e dois reais e dezoito centavos);
- c) **Dividendos Complementares:** R\$ 438.466.591,05 (quatrocentos e trinta e oito milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e noventa e um reais e cinco centavos); e
- d) **Aumento de Capital:** R\$ 501.104.675,49 (quinhentos e um milhões, cento e quatro mil, seiscentos e setenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), correspondentes ao saldo remanescente do lucro do exercício.

Rio de Janeiro (RJ), 08 de março de 2017

Marcos Jorge de Lima

Julio Cesar de Araújo Nogueira

Roberta Moreira da Costa Bernardi Pereira